



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

1.A 13 de Fevereiro de 2017, os Deputados à Assembleia da República eleitos pelo CDS-PP, conjuntamente com o Deputado Municipal de Odivelas eleito pelo CDS-PP, realizaram uma visita para conhecer e mostrar o estado de degradação e falta de manutenção do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, coração do centro histórico de Odivelas, fundado em 1295 por vontade do Rei D. Dinis que nele se encontra sepultado;

2.Durante esta Visita foi perceptível o elevado estado de degradação e abandono a que estava votado o mais relevante monumento histórico do Município de Odivelas;

3.Em resposta a estas notícias, o Ministério da Defesa Nacional afirmou que “até se proceder à entrega, a manutenção e limpeza do espaço está a cargo da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional”;

4.A 5 de março de 2018, o CDS questionou o Governo sobre os atrasos na cedência de utilização do Mosteiro de Odivelas para a autarquia, ainda sem resposta;

5.O abandono deste monumento continua, enquanto a cedência de utilização tarda e não é realizada;

6.Segundo notícias de hoje, quase dois anos sobre o alerta que o CDS levantou em 2017, foram furtados 164 azulejos do século XVII, em três espaços diferentes, no passado mês de dezembro;

7.A autarquia informa que foi efetuada queixa e dado conhecimento ao diretor do Colégio Militar;

8. A manutenção e a responsabilidade sobre o Mosteiro é do Ministério da Defesa nacional, até estar assegurada e completada a cedência de utilização com o município de Odivelas;

9.O mesmo problema de degradação e furto ocorreu no Forte de Santo António da Barra, em que também o CDS alertou para a situação;

**Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta.

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Defesa Nacional, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1.Teve o V.Ex.ª conhecimento do caso acima referido? O Ministério da Defesa Nacional realizou alguma diligência?**

**2.Que medidas foram tomadas para assegurar a vigilância do monumento e impedir a continuação dos furtos?**

**3.Foi efetuada a manutenção e limpeza do espaço, a cargo da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional?**

Palácio de São Bento, 4 de janeiro de 2019

Deputado(a)s

JOÃO REBELO(CDS-PP)  
ANTÓNIO CARLOS MONTEIRO(CDS-PP)  
JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)  
TERESA CAEIRO(CDS-PP)  
VÂNIA DIAS DA SILVA(CDS-PP)  
ANA RITA BESSA(CDS-PP)  
ISABEL GALRIÇA NETO(CDS-PP)  
FILIPE ANACORETA CORREIA(CDS-PP)